

Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 10

GAZETA DO AMAPÁ - MACAPÁ - AP - PMM
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP do fim da taxa das blusinhas: comissão estuda incluir exclusividade de entrega pelos Correios	2
--	---

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas veem efeito limitado de medidas para estimular consumo	3
--	---

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Exportação de petróleo volta a valer	4
---	---

GAZETA DO AMAPÁ - MACAPÁ - AP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PIB do Brasil perde força e cresce 0,5% no 2º tri, mostra IBGE	5
--	---

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

"BRB não corre risco nenhum de ser liquidado"	7
---	---

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Proposta orçamentária prevê salto de 19% com impostos sobre consumo em 2027	9
---	---

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O desafio de governança do Comitê Gestor do IBS	11
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Plenário do Senado aprova o projeto que cria o Redata	13
---	----

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova incentivos para data centers no Brasil	15
--	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB desacelera no 2 otri e deve perder mais fôlego no segundo semestre	17
--	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

PIB do Brasil fica em 5º lugar em ranking, mostra pesquisa	20
--	----

MP do fim da taxa das blusinhas: comissão estuda incluir exclusividade de entrega pelos Correios

A comissão mista que analisa a medida provisória (MP) do fim da taxa das blusinhas analisa incluir uma regra para que os Correios tenham exclusividade na entrega das compras internacionais isentas. O pedido, segundo os parlamentares, foi por parte da estatal e ainda será analisado.

A votação da MP que acaba com o imposto de compras internacionais de até US\$ 50 seria votado na manhã desta terça-feira (1º). Contudo, o presidente da comissão, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), adiou a análise para a parte da tarde para que discutam os últimos detalhes do texto.

A relatora, senadora Leila Barros (PDT-DF), e Reginaldo devem ter uma reunião com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo

Motta (Republicanos-PB), e com o ministro José Guimarães, da Secretaria de Relações Institucionais do governo Lula antes da votação.

"A gente tem que ser pragmático. Tenho que ter muita responsabilidade. Então não é que eu vejo com bons olhos ou não [o pedido dos Correios], estamos vendo o que pode avançar ou não", disse Leila. "A estrutura do texto [do governo] será mantida, mas teremos ajustes para apaziguar o cenário e os diversos interesses".

A medida pedida pelos Correios faria com que a empresa tivesse a exclusividade para a logística das compras internacionais de até US\$ 50, do processo de liberação **aduaneira** até a entrega no domicílio dos compradores.

Até 2024, antes do Programa Remessa Conforme, a estatal tinha uma espécie de monopólio para esse tipo de transação.

Com a implementação do programa, a legislação brasileira passou a permitir que empresas de transportes

façam o frete pelo Brasil de mercadorias internacionais, deixando de ser obrigatória a

distribuição das encomendas junto aos Correios, como era feito até então. E isso teve impacto econômico para a empresa brasileira (entenda mais abaixo).

O Remessa Conforme é um programa da **Receita Federal** que reúne empresas de comércio eletrônico internacional. Pelo sistema, as plataformas informam os dados da compra antecipadamente ao Fisco, o que permite a cobrança e a fiscalização dos **tributos** sobre as encomendas.

IMPACTO

Um estudo produzido pela empresa no começo do ano apontou que a estatal teve uma frustração de receita de R\$ 2,2 bilhões após o implemento do programa

No primeiro semestre de 2026, os Correios tiveram um prejuízo de R\$ 5,6 bilhões. Com isso, a empresa completa o 16º trimestre seguido apresentando déficit nas contas.

Site: https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2026/09/Jornal-A-Gazeta-AP_02_09_2026_.pdf

Analistas veem efeito limitado de medidas para estimular consumo

QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2026 • LUIZ GUILHERME GERBELLI e MATEUS MAIA

Com a expectativa de que os juros sigam ainda em patamares elevados, os analistas projetam que a economia brasileira deve continuar desacelerando ao longo dos próximos trimestres. A expectativa é de que o **PIB** do terceiro e do quarto trimestres apresente números próximos da estabilidade.

"O que preocupa mais é o segundo semestre. A gente puxou a corda demais. O fiscal puxou de um lado, e o monetário teve de puxar de outro", diz Silvia Matos, pesquisadora da área de Economia Aplicada do FGV Ibre e coordenadora do Boletim Macro. "Mesmo que a Selic não tenha subido (no primeiro semestre), a gente viu que as condições financeiras pioraram."

O patamar dos juros tem levado a um endividamento recorde das famílias, e os casos de recuperação judicial de empresas também têm sido frequentes. Segundo um levantamento da consultoria Tendências, a renda disponível das famílias para consumo, depois de descontados os gastos com itens essenciais e com o pagamento dos serviços de dívidas, como empréstimos e financiamentos, ronda os patamares mais baixos desde o início da série histórica, em 2011.

O aperto da política monetária tem mitigado os impactos das medidas anunciadas pelo governo nos últimos meses, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e inúmeras medidas de créditos e subvenções, por exemplo, numa tentativa de estimular a economia diante de um cenário eleitoral bastante apertado.

"Entendemos que faz sentido ser conservador em relação aos impactos dos estímulos, porque uma parte desse impacto vem sendo suavizada pela condição financeira", afirma Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria.

Nos últimos anos, a economia brasileira tem apresentado uma trajetória semelhante à esperada para 2027. Tradicionalmente,

o primeiro semestre tem apresentado números melhores do que a parte final do ano, por causa da agropecuária (concentrada nos três meses iniciais),

do reajuste do salário mínimo e da antecipação do 13.º salário para aposentados e pensionistas do **INSS**.

Hoje, a expectativa dos analistas é de que o resultado do **PIB** de 2026 fique um pouco abaixo de 2% - no ano passado, a economia brasileira cresceu 2,3%.

O futuro da economia brasileira ainda envolve outras grandes incertezas. Primeiro, qual será o resultado da eleição e o que o vencedor vai propor para as contas públicas do País, dado que o nível de endividamento do País é elevado. Segundo, qual será a intensidade do El Niño e os impactos econômicos do fenômeno climático. E terceiro, como o cenário externo vai se comportar, com os desdobramentos do conflito no Oriente Médio e a eleição de meio de mandato nos Estados Unidos.

"No começo do ano, havia uma expectativa de ter um crescimento acima de 2%. Eu acho que, definitivamente, esse **PIB** não consegue de fato crescer acima de 2%. Fica abaixo de 2%", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados. FAZENDA. Em nota divulgada ontem, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda projeta a continuidade da desaceleração do **PIB** no terceiro trimestre do ano, com retomada gradual no quarto trimestre. O texto também afirma haver viés de baixa na projeção de crescimento do **PIB** da secretaria para o ano, atualmente em 2,3%. "A SPÉ projeta continuidade da desaceleração no terceiro trimestre, com a dissipação do efeito de políticas públicas sendo parcialmente compensada pela redução do custo do crédito. No quarto trimestre é esperada retomada gradual, à medida que os componentes mais cíclicos respondam à flexibilização monetária em curso", escreveu.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Imposto de Exportação de petróleo volta a valer

O governo federal derrubou, na noite de segunda-feira (31), a liminar que suspendia a cobrança do Imposto de Exportação de petróleo. Com isso, a alíquota de 12% implantada pelo governo federal voltará a ser cobrada. A decisão é do desembargador Roberto Carvalho Veloso, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1 Região. O setor avalia recorrer.

No documento, o desembargador afirma que a criação do imposto não representa "dano irreparável" às empresas e que a liminar representa risco de dano à ordem econômica e ao planejamento estatal "em matéria de política cambial e de comércio exterior, notadamente em contexto de instabilidade geopolítica internacional, além de configurar risco de efeito multiplicador de decisões similares em todo o território nacional".

Inicialmente, o governo federal havia implantado a cobrança em março, no início do conflito entre Estados Unidos e Irã. O objetivo era, segundo a medida provisória (MP), "transferir à sociedade parcela do ganho extraordinário gerado pela valorização abrupta do preço internacional" do petróleo, "bem como contribuir para a mitigação dos efeitos deletérios do choque sobre a população e os setores produtivos". Posteriormente, a MP perdeu validade, mas seus efeitos foram retomados por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), do governo federal.

Na última quinta-feira (27), porém, a Justiça Federal do Distrito Federal concedeu liminar em processo movido pela Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Abep). O setor tinha preocupação que a medida, criada sob justificativa regulatória, pudesse ter assumido caráter arrecadatório e tenda a se prolongar, com efeitos sobre o caixa das companhias e as decisões de investimento. Conforme divulgado na terça-feira (25) pela **Receita Federal**, o imposto arrecadou R\$ 3,16 bilhões em julho.

No caso da derrubada da liminar na segunda-feira, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) afirmou que estuda as alternativas possíveis para recorrer da decisão judicial. "Entendemos que o imposto é indevido, carece de fundamentos técnicos e jurídicos", disse Roberto Ardenghy, presidente do IBP.

Marcelo Ludolf, sócio da área tributária do Basilio

Advogados, ressalta que, para os investidores, a ambiguidade entre motivação regulatória e necessidade fiscal tende a ser precificada como risco regulatório adicional nas decisões de alocação de investimentos por players nacionais e internacionais.

Raphael Lavez, advogado da área tributária e sócio do escritório Lavez Coutinho, afirmou que a decisão, apesar de monocrática e provisória, transmite o sinal de que o Judiciário, ao menos por ora, chancelou a tese de que o imposto de exportação pode ser mantido por ato administrativo da Camex depois que caducou a MP que o criou. Segundo ele, a medida afeta a competitividade e atratividade do setor de óleo e gás do Brasil.

Para André Kipper, advogado tributarista do Duarte Garcia, Serra Netto e Terra, a retomada da cobrança tende a aumentar imediatamente o custo das exportações de petróleo e a exigir uma revisão de fluxos financeiros e projeções de investimento das empresas.

PIB do Brasil perde força e cresce 0,5% no 2º tri, mostra IBGE

A economia brasileira mostrou perda de fôlego no 2o trimestre de 2026, com avanço de 0,5% ante os três meses anteriores, segundo dados do **PIB** (Produto Interno Bruto) divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta terça-feira (10).

Entre janeiro e março, o **PIB** registrou alta de 1,1%. Apesar de o resultado mostrar desaceleração, ainda ficou acima das expectativas do mercado. Pesquisa da Reuters previa avanço de 0,4% no período.

O resultado no 2o trimestre foi puxado pela Agropecuária, com avanço de 2,8%, seguida de altas de 0,2% nos Serviços e de 0,1% na Indústria.

O **PIB** totalizou R\$ 3,4 trilhões no 2o trimestre de 2026, sendo R\$ 2,9 trilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 487,9 bilhões, aos **Impostos** sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Em relação ao 2o trimestre de 2025, o **PIB** avançou 2%, com crescimento na Agropecuária (6,8%), na Indústria (1,5%) e nos Serviços (1,5%).

Já em quatro trimestres encerrados em junho, a economia brasileira mostrou alta de 1,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

O indicador representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no intervalo:

quando o indicador avança, significa que a economia produziu mais em relação ao período anterior. Por outro lado, uma queda indica redução da atividade econômica.

O **PIB** serve como referência para decisões de governos, empresas e investidores.

Para este ano, o Ministério da Fazenda estima um crescimento econômico de 2,3%.

SETORES

Segundo os dados de produção agropecuária do IBGE, o desempenho do setor no segundo trimestre foi determinado principalmente por produtos da lavoura que tiveram aumento da estimativa de produção anual e ganho de produtividade.

Entre os destaques estão a soja, com crescimento estimado de 5,3% na produção, e o café, com alta de 15,1%.

O desempenho positivo na Indústria se deve ao crescimento de 3,4% nas Indústrias extrativas. Em contrapartida, o **PIB** registrou reduções em Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,1%), Indústrias de transformação (-0,4%) e Construção (-0,4%).

no pilar de serviços, destaque para Informação e comunicação (2,1%), Transporte, armazenagem e correio (1,1%) e Atividades imobiliárias (0,2%).

Houve estabilidade no

Comércio (0,0%) e nas Outras atividades de serviços (0,0%) e variação negativa na Administração, defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social** (-0,4%) e nas Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,3%).

Consumo das famílias cai

O consumo das famílias mostrou queda de 0,4% no 2o trimestre ante o período imediatamente anterior. Este foi

o pior resultado na base comparativa desde o 4º trimestre de 2024, quando o recuo foi de 0,6%.

Entre janeiro e março deste ano, o resultado mostrou alta de 0,8%.

A Formação Bruta de Capital Fixo - que indica os investimentos do setor privado - cresceu 1,2%. Apesar de positivo, o resultado mostra perda de fôlego ante janeiro e março, quando

registrou alta de 3,4%.

Já o Consumo do Governo registrou avanço de 0,4%, estável ante o trimestre anterior, mas reforçando uma tendência de desaceleração observada desde o fim do ano passado.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços caíram 0,8%, enquanto as Importações de Bens e

Serviços subiram 1,8% em relação ao primeiro trimestre de 2026.

Site: https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2026/09/Jornal-A-Gazeta-AP_02_09_2026_.pdf

"BRB não corre risco nenhum de ser liquidado"

A segunda entrevistada do JBr Eleições, que ocorreu ontem, foi a governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP). Candidata à reeleição, a chefe do Executivo local falou sobre suas propostas para caso permaneça no comando do DF, como ampliação da rede de saúde, realização de novos concursos e a revisão de contratos com as empresas do sistema de transporte público para a implantação da tarifa zero. Celina também comentou sobre o BRB e anunciou ainda a ocupação do Centro Administrativo a partir da próxima sexta-feira.

A senhora pretende rever os contratos com as empresas de ônibus?

Quando eu assumi o governo, a primeira coisa que determinei à Secretaria de Mobilidade foi que fizesse uma portaria suspendendo qualquer tipo de reequilíbrio econômico aos contratos vigentes e determinei uma auditoria em todos. Hoje o formato que temos nesses contratos traz inviabilidade financeira ao Governo do Distrito Federal. Foi feito no governo Agnelo Queiroz (PT) e todos os governos fizeram esse reequilíbrio. Fui a única governadora que determinei a paralisação deles. Pedimos a auditoria para saber como esses contratos podem ficar de pé sem trazer tantos gastos aos cofres públicos.

Como a senhora pretende melhorar o transporte para o usuário?

Hoje trabalhamos para implementar a tarifa zero, pois o custo é tão alto que a minha perspectiva é que, com esse custo, consigamos pagá-la. Os estudos ainda não foram finalizados. A auditoria ainda está em curso, porque precisamos verificar, pois o contrato em si é questionado em várias instâncias judiciais.

A CLDF está questionando o projeto com R\$ 500 milhões para as empresas de ônibus. Por quê?

O orçamento estava sendo feito de forma errada, com falta para a parte orçamentária. Não estou falando da parte financeira, que é o pagamento em si, mas a parte orçamentária não tinha. Então você fez um orçamento que não era verdadeiro. Ano passado ele já custou R\$ 2 bilhões. Como é que eu só tinha R\$ 1 bilhão para este ano? Então faltava orçamento para a gente custear aquilo que está no contrato. Eu não posso descumprir contrato; eu teria um caos hoje no

transporte público, a paralisação desse serviço público. Nós estamos repondo a parte orçamentária.

A compra de um embrião junto com o dono de uma das empresas compromete a relação com essa prestadora?

Foi uma compra pública, feita em um leilão público. Eu não comprei de nenhum empresário. Pode procurar em qualquer junta comercial se eu sou sócia de algum empresário de transporte. A compra está na minha prestação de contas, no meu Imposto de Renda: R\$ 200 mil para pagar em 30 meses.

Eu não estou recebendo, não estou vendendo para alguém ter comprado de mim; eu estou comprando. Paguei com o Pix do meu celular, está lá. Então meus adversários não têm o que falar, é criar uma polêmica em cima daquilo que não é verdadeiro. Não tem essa história, essa lenda que eles querem colocar como verdadeira, como várias outras que têm feito contra a gente.

Quais políticas para as mulheres no DF ainda podem avançar?

Acho que a primeira coisa em que precisamos trabalhar é para que as mulheres procurem ajuda para sair do ciclo de violência. Pesquisa aponta que 25% das mulheres entrevistadas ainda viviam sob violência com seus companheiros. E por quê? Autonomia financeira; foi a resposta que achamos. Queremos que essas mulheres tenham, no nosso governo, uma alternativa para ter autonomia financeira e sair da violência. Estamos com cursos como o Renova e o Qualifica, nos quais hoje 70% da permanência é de mulheres. Mas eu quero também ampliar um pouco mais para o mercado feminino, com formação na área da beleza.

Como essas mulheres podem se emancipar?

O que preciso hoje é que a mulher tenha coragem de denunciar. As mulheres que sofrem o crime mais brutal da violência, que é o feminicídio, muitas vezes têm medo de denunciar. Nós saímos de 15 para 30 equipamentos, além de quatro Casas da Mulher Brasileira. Tenho um programa de aluguel social: se a mulher estiver convivendo com o agressor e com medo de sair de casa por conta das crianças.

Em um próximo governo, como será tratada a saúde?

Quero falar para a população que estou mudando a forma de se olhar para a saúde.

Se continuarmos fazendo tudo o que os ex-governadores fizeram em todas as campanhas, nada muda. Quero relembrar o começo do governo Arruda: ele tinha uma fila de 15 mil cirurgias e, depois de dois anos, continuava com a mesma fila estampada na capa do jornal. Abri a fila de cirurgias, tínhamos 33 mil acumuladas. Contratamos 20 mil cirurgias no setor privado para agilizar essa fila. Estou com quase 9 mil pessoas já operadas em menos de quatro meses de gestão. Eu não trabalho com a ideia de "zerar a fila", porque a fila é dinâmica e cresce todo dia; eu trabalho com a redução do tempo de espera. Estamos trabalhando, para deixar os hospitais públicos voltados para a alta complexidade. Por isso mandei o projeto de lei do SUS Candango para a Câmara, que possibilita realizar cirurgias de média e baixa complexidade na rede privada, pois são mais baratas, liberando nossas unidades públicas para a alta complexidade, urgência e emergência.

Em quais áreas a senhora pretende realizar concursos e efetivar nomeações?

Já temos vários concursos em andamento com cadastro de reserva, mas queremos investir fortemente na segurança pública: chamar mais policiais civis e policiais penais, pois quero colocar 100% da mão de obra dos presídios para trabalhar. Também queremos chamar mais profissionais da saúde. Devo enviar um projeto à Câmara Legislativa para prorrogar o concurso dos enfermeiros devido às restrições do período eleitoral. Todas as áreas essenciais - Saúde, Segurança e carreiras típicas de Estado - receberão reforços, pois precisamos desses profissionais para melhorar a arrecadação e a gestão. Os **servidores públicos** podem ficar tranquilos, pois temos o compromisso de prestar o melhor serviço ao cidadão.

Qual é a situação do déficit dos cofres do DF?

Quem não sabe o valor correto do déficit são os meus adversários, que falam sem conhecimento. Bastaria ler o Diário Oficial e consultar o Portal da Transparência, onde todos os dados são públicos. A previsão é encerrarmos o ano com R\$ 3 bilhões de superávit, se mantivermos o ritmo atual. Precisei fazer cortes porque assumi com R\$ 5 bilhões de desequilíbrio, mas cortei o custeio da máquina pública e contratos de prestação de serviços, sem aumentar **impostos**. Publiquei três decretos de adequação orçamentária para priorizar as áreas essenciais.

A senhora vai ocupar o Centro Administrativo? Quando?

No dia 4 vamos começar a ocupar o Centro Administrativo (CAD). Vamos economizar mais de R\$ 160 milhões em aluguéis. Fizemos reformas para ocupar os 30% permitidos pelo alvará atual, enquanto executamos os projetos básicos de dois viadutos para liberar a ocupação 100%. A ida do CAD para lá vai rea-quecer o comércio de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, além de contar com acesso direto ao metrô.

O BRB corre o risco de ser liquidado?

O BRB não corre risco nenhum de ser liquidado. Temos várias alternativas e estamos trabalhando para mantê-lo 100% público. Estamos estruturando operações de captação junto a bancos com base no acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF). O período eleitoral acaba gerando especulações desnecessárias, mas o BRB sairá ainda mais fortalecido dessa crise. É um banco fundamental para a população do DF: administra nossos programas sociais, a previdência dos servidores e conta com 12 milhões de correntistas. Todos podem ficar tranquilos. Dialogamos constantemente com o Banco Central e, no Supremo, cobramos mais agilidade do Governo Federal no cumprimento dos termos pactuados.

O que será feito para conter o avanço do crime organizado no DF?

Não podemos retroceder na segurança pública. Abrimos delegacias, contratamos pessoal, reestruturamos as carreiras salariais e estamos construindo novos quartéis e delegacias. Temos o programa DF 360, desenvolvido pela nossa própria Secretaria de Segurança, com mais de 15 mil câmeras monitoradas. Alcançamos os melhores índices de segurança do país entre as capitais. Não estou acomodada, pois ainda há furtos e ocorrências a combater, mas trabalhamos para reduzir ao máximo a criminalidade no Distrito Federal.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-0209202606%20-%2078f7a8d2193741fa2bfb74ea06e162b4.pdf?t=1788342228615

Proposta orçamentária prevê salto de 19% com impostos sobre consumo em 2027

FABIO GRANER E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

A transição para o novo sistema de tributação do consumo deve provocar um ganho expressivo de arrecadação da União em 2027, se as projeções apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) estiverem corretas.

A arrecadação prevista com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto Seletivo (IS) e recolhimentos residuais de Cofins, PIS e IPI, além do Pasep, soma R\$ 750,4 bilhões, montante 19,1% superior - ou R\$ 120,3 bilhões maior - que os R\$ 630,2 bilhões previstos para PIS/Pasep/Cofins e IPI na reprogramação orçamentária de 2026.

Descontada a **inflação** projetada para 2027, o crescimento real é de aproximadamente 14,9%, indicando que o aumento não decorre apenas da correção monetária. O salto é relevante e ajuda a entender a razão pela qual o governo prevê um crescimento de 6,8% (3,1% acima da **inflação**) na arrecadação total para 2027, mesmo com uma base de comparação elevada este ano por conta do choque do petróleo.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou até o fechamento desta edição. A alta das receitas também é fundamental para o governo atingir o superávit efetivo de R\$ 18,6 bilhões previsto para o ano que vem.

O ano de 2027 marca o primeiro ano da transição mais efetiva para o novo modelo de tributação do consumo.

A CBS (que substitui PIS/ Cofins e parte do IPI) aparece com uma previsão de arrecadação de R\$ 636,8 bilhões, tornando-se, de longe, uma das principais fontes de receita tributária da União. O Imposto Seletivo, também criado no âmbito da **Reforma Tributária** e que mira produtos com efeitos negativos sobre a sociedade, acrescenta outros R\$ 42 bilhões à estimativa, considerando uma hipótese de replicar o IPI vigente em alguns setores, como bebidas, cigarros e automóveis.

Além disso, mesmo deixando de existir, há um efeito residual de arrecadação do PIS/Cofins e do IPI, relativos ao fato gerador de dezembro deste ano e

também porque, no caso do IPI, o tributo segue valendo para a Zona Franca de Manaus.

A arrecadação projetada de Cofins cai para R\$ 31,8 bilhões, enquanto a do PIS e o Pasep (este continua a existir, pois incide sobre os servidores) recua para R\$ 34,4 bilhões. O IPI, que arrecadou quase R\$ 100 bilhões em 2026 pela reprogramação, aparece com previsão de apenas R\$ 5,5 bilhões em 2027.

Na comparação com o realizado em 2025, a mudança é ainda mais expressiva. Naquele ano, Cofins, PIS/Pasep e IPI renderam R\$ 585,8 bilhões. A previsão de R\$ 750,4 bilhões para 2027 representa um aumento nominal de R\$ 164,7 bilhões, ou 28,1%.

A estimativa de arrecadação dos novos **tributos** foi feita sem apresentação das alíquotas, tarefa que está a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU).

ACIMA DAS PREVISÕES

A conta foi feita considerando a relação entre arrecadação e **PIB** na média de 2012 a 2021, com a manutenção da carga tributária obtida nesse período. Essa regra foi definida na tramitação da regulamentação da reforma.

Por ela, os **tributos** usados como referência representaram, em média, 5,1% do **PIB** por ano.

Na regra anterior, que fora proposta pelo próprio governo, seria levada em conta a média entre 2024 e 2025, o que daria 4,6% do **PIB**. Assim, a mudança de regra levou a uma alta de estimativa de pelo menos 0,4 ponto percentual do Produto Interno Bruto.

Além disso, a metodologia abre espaço para que o governo tenha ganhos expressivos. Isso porque, tecnicamente, a carga é calculada em relação ao **PIB** nominal, que considera o crescimento e a **inflação** (deflator do **PIB**), que para 2027 é de 5,44%, bem acima do IPCA e do IGP projetados para o período.

A estimativa de **PIB** nominal afeta também de forma ampla as projeções de arrecadação do governo. Ainda que o governo esteja frequentemente acertando mais as estimativas de alta real que o mercado, os números para 2027 estão acima do que preveem os analistas.

Não à toa, diversos economistas estão vendo um cenário de, mais uma vez, o governo superestimando as receitas totais do Orçamento, expediente comum para fechá-lo em todas as gestões e que acaba sendo ajustado na execução orçamentária.

"SEM ALÍQUOTA DEFINIDA"

Chefe de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro, Jeferson Bittencourt calcula que só por conta do **PIB** já haveria R\$ 30 bilhões a mais de receita, comparando com suas projeções. Ele lembra que a arrecadação só passou de 19% do **PIB** em 2010, com a capitalização da Petrobras, o que também torna o cenário de receita difícil de se materializar e, consequentemente, a projeção de um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões para o ano que vem, sem novas ações do governo.

-Por mais que se diga que a arrecadação prevista não depende de medidas a serem aprovadas pelo Congresso, há **impostos** que foram incluídos na arrecadação sem que houvesse a definição de suas alíquotas, caso do Imposto Seletivo (IS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) -disse Bittencourt.

Ele avalia que, se o objetivo é garantir um superávit efetivo para o ano que vem, o governo poderia ter aproveitado a mensagem modificativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO 2027) e excluir a possibilidade do contingenciamento pelo limite inferior da banda, o que aumentaria significativamente a chance de alcançar um superávit.

-Se o foco for o limite inferior, o resultado autorizado iria para um déficit de R\$ 18 bilhões, praticamente invertendo o sinal do resultado divulgado. Esta limitação seria ainda mais importante, porque os gatilhos apresentados não geraram expectativa de redução da despesa -completou.

Em relatório para clientes, o especialista em política fiscal do BTG, Fabio Serrano, prevê déficit primário de R\$ 27,3 bilhões para 2027.

"Avaliamos as receitas orçadas como superestimadas e esperamos que essa diferença seja reconhecida nas revisões bimestrais, após as quais a execução das despesas deve ser balizada pelo limite inferior da meta, e não mais pelo centro. Nossa projeção também assume cerca de R\$ 29 bilhões em empoçamento de despesas", diz o economista.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O desafio de governança do Comitê Gestor do IBS

Acriação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) trouxe um desafio institucional sem paralelo no sistema tributário brasileiro. Estados, Distrito Federal e mais de 5.500 municípios passarão a compartilhar a administração de um mesmo tributo com legislação uniforme. Para organizar essa coordenação, a **Reforma Tributária** criou o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), responsável por funções centrais do novo sistema.

A instância máxima de deliberação do CGIBS é seu Conselho Superior, composto por 54 integrantes: 27 representantes dos Estados e do Distrito Federal e 27 dos municípios. A paridade procura preservar o equilíbrio federativo, mas a composição de cada bloco segue critérios diferentes, assim como as regras utilizadas para transformar seus votos em decisões.

No bloco estadual, uma decisão somente é aprovada quando reúne a maioria absoluta dos representantes e votos correspondentes a mais de 50% da população brasileira. A regra combina igualdade entre os entes federativos e representatividade populacional. Uma maioria formada por Estados que representem parcela minoritária da população não é suficiente.

A solução adotada para os municípios foi diferente. Das 27 cadeiras municipais, 14 são constituídas por uma eleição em que cada município possui o mesmo peso, enquanto as outras 13 são formadas por eleição na qual os votos são ponderados pela população. Os mesmos critérios reaparecem no bloco municipal, mas em outro momento. Entre os Estados, ambos condicionam a decisão. Entre os municípios, condicionam a formação do Conselho.

Constituídas as 27 cadeiras municipais, essa distinção desaparece. Cada representante possui um voto e as decisões exigem maioria absoluta, equivalente a 14 votos. A população é relevante para formar 13 cadeiras, mas não interfere diretamente no peso delas durante as deliberações.

Pela regra geral, as chapas para as 14 vagas escolhidas segundo a igualdade entre municípios são apresentadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), enquanto as chapas para as 13 vagas submetidas à ponderação populacional são apresentadas pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). Havendo alinhamento entre os

representantes de cada grupo, as 14 cadeiras formam, sozinhas, a maioria absoluta exigida para uma decisão municipal. As 13 vinculadas ao critério populacional precisam obter pelo menos um voto adicional.

Os representantes podem formar coalizões distintas e não estão juridicamente vinculados às entidades responsáveis pelas chapas. A regra, contudo, cria uma assimetria objetiva: um grupo coincide com a maioria necessária para decidir, enquanto o outro precisa formar uma coalizão. Se houver alinhamento recorrente, a divisão criada para acomodar duas formas de representatividade conferirá capacidades decisórias diferentes a cada uma delas.

A discussão sobre a governança do CGIBS antecede seu desenho atual. Estudos do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), com papel relevante na formulação técnica da PEC 45, propunham uma arquitetura em três níveis: Assembleia Geral, de composição federativa ampla, Conselho de Administração de nove membros e Diretoria Executiva de cinco. Representação, governança e execução ocupavam instâncias distintas.

Ao Conselho de Administração caberiam funções como aprovar a regulamentação infralegal do IBS, definir a estrutura gerencial, indicar a Diretoria Executiva e aprovar o regimento interno. Entre o grande colegiado representativo e a estrutura operacional haveria uma instância reduzida de governança.

A estrutura aprovada seguiu outro caminho. A Lei Complementar

o n 227, de 2026, definiu o Conselho Superior de 54 membros como instância máxima de deliberação do CGIBS. O Conselho aprova o regulamento único do IBS, o regimento interno, atos para uniformizar a interpretação da legislação, propostas normativas conjuntas com a União e planos da Diretoria Executiva. Também pode avocar competências da Diretoria e rever suas decisões.

Essa concentração de competências aumenta a importância dos procedimentos que antecedem a votação. Um colegiado de 54 membros, formado por interesses federativos heterogêneos e submetido a regras exigentes de aprovação, precisa de

mecanismos capazes de organizar suas decisões. Agenda, instrução técnica, relatoria, processamento de emendas e construção de consensos passam a determinar a capacidade decisória do Comitê. A qualidade desses procedimentos será decisiva para que divergências legítimas não se convertam em paralisia.

O Conselho Superior reúne duas esferas federativas e entes com dimensões e interesses distintos. Suas deliberações dependem da formação simultânea das maiorias estadual e municipal. As salvaguardas contra a concentração de poder ampliam a quantidade de interesses que precisam ser conciliados. Sem procedimentos capazes de organizar essa negociação, mecanismos concebidos para proteger o equilíbrio federativo podem se converter em pontos recorrentes de veto.

Representatividade e capacidade decisória são dimensões da mesma arquitetura institucional. O desenho do CGIBS dedicou atenção à primeira, criando regras para acomodar Estados e municípios de diferentes tamanhos. A segunda recebeu solução menos elaborada. Um Conselho de 54 membros concentra competências relevantes e decide sob regras que multiplicam as maiorias necessárias, enquanto parte dos critérios de representatividade desaparece no momento da deliberação.

O CGIBS foi criado para resolver um problema de coordenação. O IBS substitui a administração fragmentada de **tributos** estaduais e municipais por uma estrutura compartilhada, que exigirá decisões frequentes sobre regulamentação, interpretação, arrecadação, fiscalização e distribuição de receitas. Se sua governança transformar divergências federativas em bloqueios recorrentes, parte do problema que a Reforma procurou superar reaparecerá dentro da instituição criada para solucioná-lo.

A implementação do IBS colocará à prova a própria arquitetura institucional criada para administrá-lo. O CGIBS terá de conciliar a diversidade de interesses de uma federação complexa com a necessidade cotidiana de produzir decisões. Se o desenho criado para garantir representatividade dificultar sistematicamente a formação dessas decisões, o problema deixará de ser operacional e passará a ser institucional. A legitimidade do Comitê dependerá de representar adequadamente Estados e municípios. Sua efetividade dependerá de uma condição ainda mais básica: ser capaz de decidir.

Plenário do Senado aprova o projeto que cria o Redata

O relator Cid Gomes trocou a expressão "energia limpa" por energia de "baixa emissão"

O plenário do Senado aprovou ontem (1) o projeto que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), sistema de incentivos fiscais para estimular a instalação e ampliação de centros de processamento de dados no país. O texto prevê a suspensão de **tributos** federais sobre equipamentos, com impacto fiscal estimado pela Receita em R\$ 5,2 bilhões em 2026.

Os senadores aprovaram a proposta sem alterações de mérito em relação ao texto aprovado pela Câmara, em fevereiro. Com isso, evitou-se uma nova votação pelos deputados e o envio à sanção presidencial. O relator, senador Cid Gomes (PSBCE), disse que havia mais de 30 emendas, mas que, após conversas com o governo e com a presidência do Senado, prevaleceu a avaliação de que mudanças de mérito poderiam impedir a conclusão da votação durante o esforço concentrado do Congresso, esta semana.

O Redata foi destravado após uma reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com os presidentes da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Em fevereiro, uma medida provisória sobre o tema caducou após os senadores não deliberarem sobre o assunto.

Segundo Gomes, a agenda intensa da Câmara tornaria pouco provável uma nova análise do projeto ainda nesta semana caso o Senado promovesse alterações. O relator acolheu apenas ajustes que classificou como de redação. No parecer, foram parcialmente acatadas emendas que resultaram em três mudanças no texto. Uma delas substituiu a expressão "sem similar nacional" por "sem produção nacional equivalente" para definir os equipamentos importados que poderão ter suspensão do Imposto de Importação. Cid afirmou que a formulação original deixava margem a diferentes interpretações e que a nova expressão tem uso mais consolidado.

Cid também considerou redacional uma alteração para abrir a possibilidade de gás natural ser abarcado como uma das fontes de energia pelos data centers. O relator retirou a expressão "energia limpa" do dispositivo que prevê quais são as fontes energéticas

passíveis de uso e adotou o termo "baixa emissão", permitindo que um regulamento posterior do Executivo decida quais fontes serão assim classificadas.

O programa é considerado estratégico para ampliar a infraestrutura digital do país em um momento de

forte expansão da inteligência artificial, da computação em nuvem e de serviços que exigem grande capacidade de armazenamento e processamento de dados.

O Redata prevê a suspensão de PIS/Cofins, PIS/Cofins-Importação, IPI e Imposto de Importação na compra de componentes eletrônicos e produtos de tecnologia da informação e comunicação destinados ao ativo imobilizado dos data centers. Os benefícios têm prazo de cinco anos, embora os relativos a PIS/Cofins e IPI produzam efeitos somente até o fim de 2026, em razão da transição da reforma tributária.

Para aderir ao regime, as empresas terão de cumprir contrapartidas. Entre elas estão a destinação

de ao menos 10% da capacidade de processamento, armazenamento e tratamento de dados ao mercado interno e o atendimento de toda a demanda de energia elétrica por fontes renováveis ou de baixa emissão.

As empresas beneficiárias do Redata também terão de investir no país o equivalente a 2% do valor dos bens adquiridos com o incentivo em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação ligados à economia digital. A obrigação de disponibilizar 10% da capacidade ao mercado interno poderá ser substituída por investimento adicional de 10% em pesquisa e inovação.

Empreendimentos instalados

no Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão redução de 20% em algumas contrapartidas. Pelo menos 40% dos recursos de pesquisa e desenvolvimento gerados pelo programa deverão ser aplicados nessas regiões. Segundo a Receita, a renúncia fiscal será de R\$ 5,2 bilhões em 2026, R\$ 1 bilhão em 2027 e R\$ 1,05 bilhão em 2028.

Organizações da sociedade civil criticam o custo fiscal do programa e consideram insuficientes as

salvaguardas ambientais e de soberania digital previstas no projeto, diante do consumo de energia, água e território pelos datacenters. O Redata foi criado originalmente pela Medida Provisória 1.318, de 2025.

Senado aprova incentivos para data centers no Brasil

LAURIBERTO POMPEU E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

No início da segunda semana do esforço concentrado do Congresso, voltada a votações presenciais prioritárias antes das eleições, o governo obteve no Senado avanços em alguns projetos de seu interesse, dias depois de um acordo selado entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado.

Ossenadores aprovaram ontem em plenário o projeto de lei que institui o plano de incentivos para o setor de data centers, o Redata, que passou na Câmara em fevereiro. Empresas do setor poderão contar com suspensão e posterior redução a zero da alíquota de **tributos** como IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição e importação de equipamentos destinados à instalação ou à ampliação de data centers, além de redução do Imposto de Importação quando não houver produto nacional equivalente.

Como contrapartida, o texto estabelece que ao menos 10% do fornecimento efetivo de processamento e armazenamento de dados deverá ser destinado ao mercado interno ou cedido ao poder público e instituições de pesquisa. Alternativamente, as empresas poderão ampliar investimentos em pesquisa e desenvolvimento no país. Os benefícios fiscais do Redata exigirão uma renúncia fiscal estimada em R\$ 7,5 bilhões nos próximos três anos, segundo o governo.

AUTOMÓVEIS

O Senado também aprovou a medida provisória (MP) que regulamenta uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para compra de carros por motoristas de aplicativo e taxistas. A iniciativa faz parte de um pacote eleitoral de Lula para socorrer financeiramente a categoria.

O texto foi aprovado na segunda-feira pela Câmara e segue para a sanção presidencial.

A medida, que integra o programa Move Brasil, prevê taxas de juros menores do que as cobradas pelo mercado: 12,5% ao ano para homens e 11,5% ao ano para mulheres.

Na quinta-feira, o governo ampliou de 72 para até 84 meses o prazo máximo de pagamento, com até seis meses de carência. Além disso, foi elevado de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil o valor máximo do automóvel que poderá ser financiado pelo programa.

A relatora da MP, deputada Amanda Gentil (PPMA), manteve o principal escopo do texto do governo, mas fez alguns ajustes.

Em comum acordo com a base governistas, ela acatou emendas para incluir transporte escolar na linha de financiamento e estabeleceu que o comitê gestor responsável pelo benefício deverá encaminhar ao Congresso relatórios de "avaliação de impacto social, econômico e ambiental das linhas de financiamento".

Os R\$ 30 bilhões do Tesouro são repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras autorizadas por eles.

O montante será contabilizado como despesa financeira do governo, ou seja, não afeta a meta de resultado primário.

No fim da noite de ontem representantes do governo e do Congresso chegaram a um acordo e a MP do fim da "taxa das blusinhas" deverá ser votada hoje. O entendimento foi alcançado durante uma reunião entre os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), do Senado, Davi Alcolumbre, a relatora da MP, senadora Leila Barros (PDTDF), o presidente da comissão mista que analisa a medida, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), e o ministro do Planejamento, Bruno

Moretti. Um ponto acordado é que serão feitas revisões periódicas da política para mensurar seu impacto.

Um dos impasses no texto envolvia a possibilidade de obrigar empresas beneficiadas a transportarem encomendas pelos Correios, em uma tentativa de dar uma sobrevida à estatal, que tem registrado prejuízos recordes nos últimos meses.

A inclusão da exclusividade dos Correios provocou resistência entre parte dos parlamentares, que são

contra criar um monopólio para a empresa estatal. O presidente da comissão disse que essa mudança não vai ser incluída porque a medida precisaria de uma alteração na Constituição.

ESCALA 6X1

Já o relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um descanso), senador Osmar Aziz (PSD-AM), disse que fará hoje a leitura e parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sem modificações. Ontem, Aziz recebeu representantes do setor produtivo para um diálogo em torno do projeto.

- É o primeiro item da pauta e a gente espera aprovar. Não creio que alguém vai ser contra - disse o relator, acrescentando que pedirá um calendário especial para votar a PEC no plenário do Senado nesta semana.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB desacelera no 2 otri e deve perder mais fôlego no segundo semestre

"A Selic deve permanecer em patamar restritivo, na casa dos dois dígitos, por algum tempo" Claudia Moreno

Mesmo com alta levemente acima do esperado, o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país no segundo trimestre revela intensa desaceleração na sua composição. Num contexto de alto endividamento e juros ainda elevados, a atividade, do lado da oferta, foi puxada por setores não cíclicos, ou seja, menos sensíveis à política monetária, como agropecuária e indústria extrativa. Do lado da demanda, o consumo das famílias recuou, os investimentos desaceleraram e o setor externo subtraiu **PIB**, com contribuição positiva maior da alta de estoques e um pouco menor do consumo do governo.

Fernando Montero: "Impacto total dos impulsos fiscais e para fiscais de curto prazo será significativo neste ano"

Os resultados reforçam perspectiva de atividade próxima da estagnação nos próximos dois trimestres, segundo economistas. A herança estatística calculada pelos depois da divulgação dos dados do segundo trimestre é de alta de 1,8% do **PIB** em 2026. Essa herança estatística mostra a variação do **PIB** no ano no caso de o indicador permanecer no patamar do fim do primeiro semestre.

O **PIB** cresceu 0,5% no segundo trimestre ante os três meses anteriores, com ajuste sazonal, segundo divulgou nesta terça-feira, 1 o, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da desaceleração em relação ao período de janeiro a março, quando cresceu 1,1%, também na variação trimestral, o crescimento do **PIB** ficou ligeiramente acima da alta de 0,4% da mediana de 62 projeções coletadas pelo Valor de consultorias e instituições financeiras, em estimativas que foram de 0,2% a 0,7%, sempre em variações positivas.

Do lado da oferta, a atividade foi puxada por agropecuária, com alta de 2,8% no segundo trimestre antes os três meses anteriores, acima da alta de 2,3% observada de janeiro a março. A indústria e os serviços desaceleraram para 0,1% e 0,2%, nessa ordem. No trimestre anterior cresceram 1,2% e 0,4%, respectivamente.

O resultado na agropecuária deveu-se principalmente ao aumento da produção de soja, diz Rodolfo Margato, economista da XP. "Mas as perspectivas para o agro são menos favoráveis no próximo trimestre, em parte devido aos efeitos do El Niño na produtividade das safras", alerta.

Para Rodrigo Nishida, economista da 4intelligence, não dá para interpretar o **PIB** do segundo trimestre de forma positiva porque os segmentos mais relacionados ao ciclo econômico, mais dinâmicos, tiveram desempenho geral fraco ou abaixo do esperado. "Os segmentos, na verdade, que puxaram o crescimento, que causaram essa pequena surpresa positiva, são segmentos pouco relacionados ao ciclo."

Segundo o IBGE, o resultado da indústria foi puxado pela atividade extrativa, que cresceu 3,4% enquanto o ramo da transformação caiu 0,4%. O grupo de eletricidade, gás, água e esgoto e o de construção também recuaram, em 1,1% e 0,4%, nessa ordem, sempre na variação trimestral.

Os setores cíclicos andaram praticamente de lado, com crescimento de apenas 0,1% de abril a junho, na variação trimestral, aponta relatório do Bradesco. Com o crescimento no segundo trimestre, destaca o banco, a agropecuária está 5,1% acima do nível verificado ao fim de 2025. "A indústria extrativa cresce em ritmo relativamente mais acelerado desde o começo de 2025, neste ano especialmente influenciada pela alta do preço do petróleo. Excluídos esses dois setores, o **PIB** teria recuado 0,1% na variação trimestral", diz o banco.

Na construção, diz Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos da construção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), enquanto a indústria da construção segue em cenário relativamente aquecido, a outra parte do cálculo do **PIB**, baseada nas reformas feitas por famílias e pequenos empreiteiros, está pressionada pelo patamar dos juros e alto endividamento.

Matheus Pizzani, economista do PicPay, observa padrão semelhante em serviços. O crescimento do grupo foi puxado pelos serviços de transporte, que cresceram 1,1% no segundo trimestre, ante os três meses anteriores, fortemente influenciados pela demanda externa por commodities, refletindo o ritmo

mais acelerado das atividades não cíclicas.

A maior taxa de crescimento dentro dos serviços, ressalta Pizzani, veio da atividade de informação e comunicação, com alta de 2,1%, destaca. "É um segmento pouco sensível ao nível de juros dada a forte influência que possui de áreas pertencentes à fronteira da tecnologia atual, de modo que os lucros normalmente elevados auferidos por empresas deste ramo justificam a manutenção de seus investimentos e expansão do seu valor agregado."

Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon, nota que, olhando o lado da oferta no primeiro semestre, na comparação com igual período de 2025, as três atividades pouco cíclicas do agro, indústria extrativa e serviços de informação contribuíram com 1 ponto percentual (p.p.) do crescimento de 1,86% no **PIB** a preços básicos nesse período. O **PIB** a preços básicos considera o valor adicionado, sem incluir **impostos** e subsídios. No primeiro semestre o **PIB** total, que inclui **impostos** e subsídios, cresceu 1,9%, também contra igual período de 2025.

No lado da demanda, o desempenho considerado decepcionante veio do consumo das famílias, que recuou 0,4% de abril a junho frente os três meses anteriores. Mediana de 31 projeções da pesquisa do Valor era de alta de 0,6%, já em desaceleração em relação aos 0,8% observados no primeiro trimestre.

Para a economista Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências, embora o crescimento do **PIB** no segundo trimestre tenha atendido às estimativas da consultoria, a abertura dos dados frustrou a expectativa de um consumo doméstico ainda em expansão. "Esperávamos alta de 1,7% no ano contra ano e de 0,3% na margem para o consumo das famílias, mas vimos resultados bem mais fracos e contração na margem. Isso chamou muito nossa atenção", declara.

A explicação para o descolamento entre o mercado de trabalho ainda forte e o fraco desempenho do consumo reside no estrangulamento financeiro das famílias, diz a economista. Ribeiro indica que o comprometimento da renda familiar com o pagamento do serviço da dívida atingiu a marca histórica de 30% - o maior patamar da série iniciada em 2004. A economista da Tendências pondera que o aumento do endividamento por si só não é negativo, uma vez que economias maduras dependem do crédito sustentável para financiar investimentos e consumo durável. No entanto, a combinação brasileira de juros elevados, prazos curtos e rápida bancarização de famílias de baixa renda sem estrutura e educação financeira gerou um cenário crítico.

Ainda do lado da demanda do **PIB**, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - medida do investimento em máquinas e equipamentos, construção civil e inovação - avançou 1,2% no segundo trimestre, mas em desaceleração frente aos 3,4% do período janeiro a março, sempre na variação contra os três meses anteriores. O consumo do governo também foi positivo,

com alta de 0,4% no segundo trimestre, repetindo a variação dos primeiros três meses do ano.

Margato, da XP, destaca que a absorção doméstica - incluindo consumo das famílias, do governo e investimentos - ficou estável no segundo trimestre. Nessa conta, explica, o consumo das famílias contribuiu negativamente, com 0,3 p.p. A FBCF ajudou com 0,2 p.p. e os gastos do governo, com 0,1 p.p. Contabilizados separadamente, os estoques, prossegue Margato, tiveram contribuição positiva de 0,9 p.p. na variação do **PIB** no segundo trimestre. O setor externo tirou 0,4 p.p. A contribuição negativa veio de queda de 0,8% nas exportações e alta de 1,8% nas importações, ainda de abril a junho, na variação trimestral.

Rafaela Vitoria, economistachefe do Inter, ressalta a influência dos setores menos sujeitos à política monetária no crescimento dos investimentos. "O que puxou essa alta [na FBCF] foi a importação de máquinas e equipamentos para a indústria extrativa, para a indústria de petróleo e gás e para o agro. Também se deve ao setor de TI."

Montero, da Tullett Prebon, chama a atenção para a ajuda da variação de estoques. Seus cálculos mostram que, considerando a alta de 2% do **PIB** no segundo trimestre ante igual período de 2025, a absorção interna contribuiu com alta de 2,3 pontos percentuais do **PIB**, sendo que a variação de estoques ajudou com 1,1 p.p. nesse cálculo. Nessa comparação, a contribuição externa foi negativa em de 0,3 p.p.

As condições financeiras permanecem restritivas, devido sobretudo à política monetária contracionista, destaca Margato, da XP. "Nesse ambiente, as taxas de inadimplência e o comprometimento de renda das famílias continuam em alta. Além disso, o impacto total dos impulsos fiscais e parafiscais de curto prazo será significativo neste ano, embora menor do que inicialmente projetado", diz. Na estimativa atual da corretora o impulso deve ser de 1 p.p. do **PIB**, menor que o impulso de

1,4 p.p. projetado anteriormente.

Apesar da elevada incerteza sobre a condução da

política econômica a partir do próximo ano, diz Margato, a avaliação é de que a retirada - ainda que incompleta - do grande impulso fiscal/parafiscal de 2026 será sentida na atividade econômica.

Para os próximos trimestres, diz Claudia Moreno, economista do C6 Bank, a expectativa é de que economia continue perdendo fôlego, refletindo os juros altos. "A Selic deve permanecer em patamar restritivo, na casa dos dois dígitos, por algum tempo, contribuindo para desaceleração gradual da atividade." A projeção do banco é de alta de 1,7% do **PIB** tanto em 2026 quanto em 2027.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, espera alta de 1,8% para o **PIB** em 2026. Os primeiros sinais do terceiro trimestre apontam, diz, para taxa próxima de zero, na variação trimestral. "Podemos ver, eventualmente, uma queda aparecendo no quarto trimestre. Será muito difícil crescer acima de 2% neste ano."

Os dados do segundo trimestre reforçam cenários de desaceleração para os próximos anos. Com os resultados de hoje, Livio Ribeiro, sócio da BRCG, revisou sua projeção de crescimento para o **PIB** de 2026 de 1,8% para 1,7%. "Para a frente é que a coisa vai ficando complicada porque a economia dá sinais de desaceleração mais intensa." Para ele, que também é pesquisador do FGV Ibre, no próximo biênio o crescimento do **Pib** não deve ficar muito acima de 1% ao ano. O crescimento estimado pela BRCG para o ano que vem, diz, é de alta de 1,1% para o **PIB**. Para 2028, diz, é 1%. O esfriamento da economia se tornará mais evidente a partir do segundo semestre de 2027, atingindo 2028 fortemente, diz.

PIB do Brasil fica em 5º lugar em ranking, mostra pesquisa

PAULA MARTINI JULIANA GARÇON

Resultado brasileiro no segundo trimestre superou o de países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Reino Unido

Apesar de ter desacelerado, o **PIB** brasileiro apresentou o quinto melhor desempenho no segundo trimestre de 2026 considerando as informações já divulgadas por outros 49 países, de acordo com a agência de classificação de risco Austin Rating.

O **PIB** do Brasil cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026 em relação ao primeiro trimestre, segundo os dados das Contas Nacionais trimestrais publicadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (veja o ranking do crescimento do **PIB** nos primeiros seis meses do ano em quadro nesta página).

Os únicos países com desempenho melhor que o do Brasil no período foram Irlanda (1%), Indonésia (0,9%), Angola (0,7%) e Malásia (0,6%).

O avanço brasileiro superou o resultado da economia de países como Estados Unidos (0,4%), Alemanha (0,1%), Itália (0%), México (0,3%) e Reino Unido (0,1%).

O Brasil deve encerrar o ano de 2026 subindo ao posto de 10.^a maior economia do mundo, após ter ocupado a 11.^a posição em 2025, conforme as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) compiladas pelo economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.

Considerando o tamanho do **PIB** em dólares, o Brasil deve evoluir ainda à 9.^a posição no ranking de maiores economias do mundo em 2027, ainda de acordo com essas projeções.

Para Agostini, o desempenho reflete a combinação de um mercado de trabalho ainda resiliente e de uma atividade econômica que permanece aquecida, apesar do nível elevado das taxas de juros.

Mas a expectativa é de uma perda gradual de ritmo no segundo semestre, em meio aos efeitos da política monetária restritiva sobre o consumo e os investimentos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>